

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: BNDES e Caixa votam contra o interesse da União na Petrobras.....	2
Título: Brookfield investe mais de R\$ 4 bilhões em parques solares	5
Título: GDSolar vai construir 27 usinas para geração distribuída	7
Título: TBG mira contratos de transporte de gás mais curtos, até de um dia.....	9
Título: BNDES recebe proposta por 18,5% de ações na AES Tietê.....	10
Título: AES à frente na disputa por ações do BNDES.....	11
Título: Destaques	11
Título: Bancos públicos ajudam a derrotar União na Petrobras.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Moisés Naím: v	13
Título: ‘A mudança, se existiu, teve pouca voltagem’	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	16
Título: Guedes e governadores negociam fundos para ampliar reforma tributária	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes, André Ramalho, Juliana Schincariol e Talita Moreira****Título: BNDES e Caixa votam contra o interesse da União na Petrobras**

A confusa assembleia de acionistas da Petrobras, que se estendeu por 11h40 entre a tarde de quarta e a madrugada de quinta-feira, evidenciou a falta de articulação de dois grandes bancos públicos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa - com os interesses da União na petroleira. A ausência de alinhamento dos bancos motivou questionamentos de representantes da União, uma vez que os minoritários conseguiram aumentar com facilidade o número de assentos no conselho de administração da Petrobras em detrimento do governo, que ainda controla a companhia.

A desarticulação dos bancos públicos com o governo na Petrobras se deu de duas maneiras. De forma prévia à reunião anual de acionistas, o BNDES apoiou o voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobras, dia 22. Foi a instauração do voto múltiplo que permitiu aos minoritários eleger um candidato, o advogado Leonardo Antonelli, tirando vaga da União no conselho de administração da estatal. Para instalar o voto múltiplo, é preciso reunir 5% das ações ordinárias da companhia. Uma vez instaurado o sistema, as chapas eleitorais são dissolvidas e os acionistas depositam os votos individualmente em cada candidato. É um tipo de eleição que não interessa ao controlador. No caso da Caixa, os fundos de investimento administrados pela instituição se manifestaram também de forma antecipada à assembleia com a intenção de votar em Antonelli, mas sem o conhecimento prévio do banco. A Caixa terminou retirando o apoio à Antonelli na assembleia e se absteve de votar. O BNDES solicitou na AGO para voltar atrás no apoio ao voto múltiplo, o que foi negado pela mesa, com o pedido registrado em ata.

BNDES e Caixa se valeram do boletim de voto a distância (BVD) para se pronunciar antes da assembleia. Trata-se de um mecanismo muito usado por minoritários no exterior, mas também no Brasil para manifestar intenção de voto de forma prévia às assembleias.

Uma vez concluída a AGO, depois das 2h de quinta-feira - o encontro havia começado às 15h de quarta -, o resultado foi considerado uma derrota para a União e uma vitória do grupo de minoritários ligado ao banqueiro Juca Abdalla, que, com o apoio de investidores estrangeiros, conseguiu indicar dois dos três minoritários no conselho da Petrobras (além de Antonelli, o grupo fez conselheiro o advogado Rodrigo Mesquita).

Antes da AGO, a União tinha sete vagas preenchidas no conselho de administração e um assento vago que, pelo estatuto, também cabe ao governo. Havia ainda duas vagas de minoritários e uma ocupada pelo trabalhadores da Petrobras, total de 11. O governo foi para a assembleia com chapa de oito candidatos, mas conseguiu eleger sete e os minoritários garantiram três assentos.

Problemas técnicos e procedimentais tornaram a assembleia caótica. A Petrobras se defende ao argumentar que foi a primeira assembleia virtual em que se realizou o voto múltiplo. Uma primeira votação teve que ser anulada pois se percebeu que havia erro na tabela usada para base de cálculo. O equívoco ficou evidente quando se percebeu que a União havia eleito só dois candidatos e que o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, e o presidente do conselho de administração, Eduardo Bacellar, haviam ficado de fora. Houve críticas à decisão de refazer a votação e insinuações, em chat da AGO, de suposta manipulação do pleito. Ao refazer a votação, a União elegeu cinco nomes. Ficaram três candidatos do governo para duas vagas na segunda rodada pois estava claro, desde o início, que Leonardo Antonelli seria eleito. O advogado Francisco Costa e Silva, que presidiu os trabalhos da AGO, afastou qualquer hipótese de irregularidade: “Não houve nenhuma tentativa de manipulação na AGO, mas sim falhas técnicas. O resultado final é ‘fair’ [justo]. O único minoritário que disputava vaga pelo voto múltiplo [Antonelli] foi eleito”, disse Costa e Silva.

O BNDES considera que o voto múltiplo seria garantido de qualquer maneira, mesmo sem o seu apoio. “Independentemente da manifestação da BNDESPar, o processo de voto múltiplo já estava aprovado”, disse o banco. O apoio ao voto múltiplo, via BVD, foi do conselheiro indicado pela BNDESPar na Petrobras, Ricardo Viegas. Procurado, Viegas não retornou para explicar a razão do apoio ao voto múltiplo antes da AGO. “O BNDES reforça que houve um erro de manuseio do sistema na votação. Durante a realização da Assembleia os

representantes da BNDESPar fizeram o esclarecimento do erro técnico e o pedido formal de retratação do voto múltiplo, o qual consta em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Petrobras S.A.”

O BNDES disse ainda que Costa e Silva questionou o representante do banco na assembleia acerca da utilidade do pedido de retratação do voto uma vez que, pela contagem dos votos até aquele momento, independentemente da manifestação da BNDESPar, havia sido atingido o percentual mínimo de quórum para aprovação do voto múltiplo. A BNDESPar tem 0,24% das ações ordinárias de Petrobras.

Os fundos da Caixa, por sua vez, recuaram do apoio a Antonelli na assembleia. O banco é responsável pela gestão do fundo FMP-FGTS, que detém 1,45% do capital da estatal. Na condição de gestor dessas carteiras, a Caixa havia sinalizado voto em Antonelli, acompanhando a indicação dos minoritários. Entretanto, o nome foi barrado pelos controles internos do banco por razões de governança. O advogado moveu ação contra a Petrobras e a leitura é que seria inadequado tê-lo como representante no conselho. Assim, o apoio foi retirado. A Caixa não comenta o caso.

Uma fonte afirmou que não havia sido feita checagem adequada sobre Antonelli pelo fundo, instância em que essas indicações se davam de forma quase automática. A Caixa, porém, vem adotando novas práticas de governança, que agora são estendidas à área de gestão de recursos. Com esse objetivo, foi deslocado para a vice-presidência de recursos de terceiros o executivo Alexandre Ywatta, que era o responsável pela área de riscos e compliance do banco.

Com a retirada dos votos a Antonelli, o fundo da Caixa levantou outros nomes, mas, no tumulto que marcou a reunião, não conseguiu fazê-lo. Mesmo sem a Caixa, Antonelli tinha votos para se eleger. Outro interlocutor disse que não foi intencional o posicionamento que acabou prejudicando a União. A fonte disse, porém, que o fundo é minoritário da companhia e segue uma régua de governança e, portanto, não necessariamente precisa acompanhar a União nas votações.

Antonelli havia dito ao **Valor**, depois da AGO, que não existe conflito de interesses entre a atuação dele como advogado e a indicação de seu nome para

o conselho da Petrobras. “Todavia, para que não parem dúvidas, todos os candidatos ao Conselho de Administração da Petrobras devem cumprir as orientações do Comitê de Pessoas, o qual apontou em relação a diversos candidatos medidas mitigatórias as quais, creio, serão por todos cumpridas”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner

Título: Brookfield investe mais de R\$ 4 bilhões em parques solares

Em plena crise gerada pela pandemia de covid-19, o fundo canadense Brookfield está investindo de R\$ 4 bilhões a R\$ 4,5 bilhões em energia fotovoltaica no Brasil. Até 2023, a fonte solar deverá alcançar 1,5 mil megawatts (MW) de potência e praticamente igualar a capacidade instalada de outros ativos da Brookfield em energias renováveis no país - usinas eólicas ou de biomassa, hidrelétricas de maior porte e pequenas centrais (PCHs).

O movimento deu passos significativos nos últimos seis meses, período em que a pandemia afundou o nível de atividade econômica e derrubou as projeções de carga para o setor elétrico nos próximos anos, além de ter reduzido ao piso o valor da energia no mercado de curto prazo (spot).

Na semana passada, a Brookfield firmou contrato com a multinacional espanhola Solatio para aquisição de um complexo solar com cerca de 1 mil MW de potência em Janaúba, no norte de Minas Gerais. Com aportes de R\$ 3 bilhões e obras com início previsto para o fim deste ano, será o maior parque fotovoltaico da América Latina quando estiver em pleno funcionamento, em meados de 2023 - a entrada em operação será gradual. Toda a energia irá para o mercado livre (grandes consumidores) e mais de 70% da produção já foi contratada, segundo André Flores, executivo responsável na Brookfield Asset Management por energias renováveis no Brasil.

“A gente entende que o mundo está passando por um período de enorme incerteza, mas a Brookfield tem uma aposta de longo prazo no Brasil. Foi assim na crise de 2014/2015 e está sendo assim agora”, afirma Flores. Segundo ele, não há uma meta ou limite de investimento pré-definido para a área de

energias renováveis no país. “O nosso apetite depende muito mais de termos projetos de boa qualidade e com bom retorno ao acionista. Se você me perguntar por que acabaram sendo investimentos em solar, e não eólica, eu diria que foram as oportunidades mesmo.”

Flores avalia que hoje surgem poucas possibilidades de investimentos em usinas hidrelétricas e, paralelamente, as PCHs agregam menor capacidade instalada (têm até 30 MW). Todos esses ativos são agrupados na Brookfield Energia Renovável - um dos quatro braços do fundo no país.

Outra investida em energia solar é o complexo Alex, no Ceará, adquirido por R\$ 1 bilhão em janeiro deste ano e com capacidade instalada de 278 MW. A geração foi negociada no ambiente de contratação regulada, em leilão organizado pelo governo federal em 2018, que atende às distribuidoras. Em obras, deverá iniciar o fornecimento em 2022.

A terceira aposta está prestes a ser anunciada, envolvendo o projeto Aratinga, também no Ceará e com entrega de energia a partir de 2023. Terá entre 150 MW e 200 MW. O investimento ficará em torno de R\$ 400 milhões, segundo Flores, e a potência definitiva ainda depende da estruturação final do empreendimento. Toda a geração vai ser comercializada no mercado livre, mas nenhum contrato foi celebrado até agora.

Flores ainda vê espaço para o crescimento da fonte solar na matriz elétrica brasileira, por ter uma presença ainda modesta.. Mas garante que a desvalorização do real nos últimos meses não teve influência nas decisões de investimento, inclusive os projetos começaram a ser analisados no ano passado, antes das recentes rodadas de tombo no câmbio.

Já o espanhol Pedro Vaquer, presidente da Solatio e responsável por todo o desenvolvimento do projeto de 1 mil MW em Janaúba até a venda para a Brookfield, aponta a instabilidade cambial como um dos “inimigos cruciais” do Brasil para atrair investidores de fora. O outro, de acordo com ele, é o “jeitinho brasileiro”.

“Em um cartório, por exemplo, as coisas podem demorar um mês ou algumas horas. Tudo depende do jeitinho. E eu não preciso explicar a um brasileiro o que é jeitinho. É o principal gargalo para um estrangeiro entrar no país”, afirma

Vaquer, em entrevista por videoconferência de Mallorca, nas Ilhas Baleares, onde tem passado a quarentena desde março. “Felizmente, nos níveis de governo em que atuamos, não enfrentamos isso. E preferimos perder projetos a ceder.”

A Solatio, que já estruturou projetos com 1.206 MW de potência no mercado regulado e agora se dedica à implementação de outros 11.854 MW no mercado livre, elogia a segurança jurídica e regulatória do sistema elétrico brasileiro. Vaquer avalia positivamente os esforços de “desburocratização” empreendidos pelo governo Jair Bolsonaro. “Sem nenhuma consideração política”, enfatiza. Para o presidente da comercializadora CMU Energia, Walter Fróes, que assessorou a Solatio na transação com a Brookfield, o mercado livre tem “excelente” potencial de crescimento e tem atravessado a crise da pandemia com “níveis mínimos” de judicialização. Um segmento bastante promissor, segundo ele, são projetos de geração distribuída na modalidade remota - “condomínios” solares que geram fora dos grandes centros urbanos e levam a produção de energia para clientes empresariais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: GDSolar vai construir 27 usinas para geração distribuída

A GDSolar, especializada na construção e operação de usinas solares fotovoltaicas, está ampliando seu portfólio com 27 novos empreendimentos voltados à geração distribuída de energia. Localizadas em 8 estados, as usinas atenderão a diferentes tipos de clientes e somam potência superior a 75 megawatts-pico (MWp, unidade de potência de projetos de energia solar) e cerca de 152 gigawatts-hora (GWh) gerados por ano.

O plano envolve aproximadamente R\$ 300 milhões em investimentos que serão executados junto a parceiros, como os grupos brasileiros Servtec Energia, Órigo Energia e Tavares de Melo, e a inglesa Faro Energy. A expectativa é de que todas as 27 usinas estejam concluídas e conectadas às redes das distribuidoras locais até a metade do próximo ano.

Fundada em 2015, a GDSolar tem como acionistas quatro executivos, incluindo o fundador, Ricardo Costa, e o fundo Quebec Impact Assets. A companhia detém hoje 25 usinas solares conectadas, com 50 MWp, e está construindo uma carteira que deve chegar a 52 empreendimentos no primeiro semestre de 2021. Serão clientes dos novos projetos empresas de setores variados, como varejo, combustíveis, saneamento e farmacêutico. Além disso, 9 das 27 usinas serão construídas em Minas Gerais sob a modalidade de “geração compartilhada”, na qual o mesmo empreendimento serve a vários consumidores, que alugam “lotes” de placas fotovoltaicas. Quem ficará responsável pela gestão comercial desse conjunto de usinas é a Órigo Energia, principal investidora em geração compartilhada no país.

A parceria com a Órigo marca uma mudança no posicionamento da GDSolar, que até então vinha desenvolvendo projetos exclusivos para um cliente ou, no máximo, dois. Entre os principais clientes do grupo hoje estão Itaú, Oi, e Magazine Luiza. “Nossa pretensão e orientação estratégica não é entrar nesse segmento para tratar o cliente final, vamos fazer isso através de parcerias”, afirma o presidente da GDSolar, Alexandre Gomes

Para a Órigo, o acordo também é uma novidade - é o primeiro firmado para geração solar. “Estamos com um crescimento grande. Até o momento, fazíamos o projeto do inicial ao fim. O que enxergamos nessa parceria é a chance de fazer as coisas mais rápido e acelerar nosso negócio”, diz o presidente da empresa, Surya Mendonça.

Fundada em 2010 e baseada em Minas Gerais, a Órigo Energia foi uma das primeiras empresas a investir em geração distribuída solar no país. Começou desenvolvendo projetos para terceiros e com a tradicional instalação de painéis solares fotovoltaicos em telhados de residências, estabelecimentos comerciais e indústrias. Hoje, está focada em geração compartilhada, atendendo pequenas e médias empresas e, mais recentemente, consumidores residenciais. Neste ano, anunciou uma diversificação dos negócios com um projeto para usinas de biogás de aterro sanitário com a ENC Energy.

Segundo os executivos das duas companhias, as incertezas geradas pela pandemia atrasaram o desenvolvimento de novos projetos. Porém, as dificuldades enfrentadas pelas várias classes de consumidores também motivaram a busca por soluções que reduzam a conta de luz, como é o caso da geração distribuída.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Gabriel Vasconcelos****Título: TBG mira contratos de transporte de gás mais curtos, até de um dia**

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, a TBG, inicia hoje um cadastro de empresas carregadoras de gás natural interessadas em contratos de curto prazo, com prazos trimestral, mensal e até de dias. Para serviços acima de três meses, a negociação será individual. Tradicionalmente, o tempo desses negócios no país é de anos.

Os contratos que a TBG quer multiplicar são do tipo extraordinário, já regulamentado, mas inexistente no Brasil. Eles não exigem realização de chamadas públicas, como no caso dos de tipo firme, mas têm capacidade contratada igualmente garantida e ajustável. A diferença é que podem ser extintos ou reduzidos mediante realização de novas chamadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“Para o transportador [TBG], as vantagens desses contratos extraordinários são a flexibilidade de fechá-los fora de processos públicos e a possibilidade de usá-los para gerar receita enquanto contratos mais longos não vêm”, diz o pesquisador do grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, Marcelo Colomer. Para os carregadores, a vantagem estaria na previsibilidade. Contratos mais curtos diminuem a exposição à regra de “ship-or-pay” dos acordos firmes, que preveem pagamento mínimo mesmo que o transporte não se efetive.

Por trás da iniciativa, apurou o **Valor**, está a tentativa de se antecipar à abertura do mercado de gás e a chegada de novas empresas na cadeia ainda dominada pela Petrobras. São públicos os planos da estatal de focar a produção, deixando gradativamente o transporte e distribuição. Esses desinvestimentos, observa Colomer, não chegaram ao carregamento, etapa na qual a Petrobras ainda atua praticamente sozinha no país. A petroleira ainda controla a TBG, embora tenha planos de vender a participação de 51% na empresa.

Segundo o também professor de economia da UFRJ e Pesquisador do Instituto de Energia da PUC-Rio, Edmar Almeida, o surgimento de novos carregadores é tendência segura no processo de abertura que avança progressivamente. “É um acerto pensar em produtos mais sofisticados. No início, talvez, isso fique restrito a circunstâncias especiais [como testes e clientes menores do mercado livre], mas essa flexibilização de contratos tende a se consolidar, como aconteceu em mercados mais liberalizados”, diz Almeida, que cita os Estados Unidos e Europa, e também a Argentina.

Após o vencimento do maior contrato da Petrobras com o gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) em 2019, a ANP promoveu uma chamada pública que teve 15 interessados mas nenhuma outra proposta relevante que não a da própria Petrobras, com renovação parcial de sua capacidade contratada. Desde então, dos 30 milhões de m³ do Gasbol, a Petrobras usa dois terços, restando 10 milhões de m³ livres. Para essa capacidade, foi lançada nova chamada este ano. O procedimento chegou a ser interrompido no contexto da pandemia, mas foi retomado no início deste mês. A previsão de início dos serviços é 1º setembro. Na leitura de Colomer, as incertezas na demanda de gás trazidas pela pandemia também podem ter pesado na estratégia da TBG. “Existe uma demanda [por gás] que sofreu pouca variação e até cresceu pontualmente com as pessoas em casa. Mas os mercados termoeletrico, industrial e comercial foram muito prejudicados. Então, vejo esse movimento da TBG já como uma tentativa de driblar o risco de uma nova chamada pública vazia. O **Valor** questionou a transportadora a este respeito, mas não obteve resposta.

Em comunicado, a empresa informou que a iniciativa “amplia a agilidade das contratações” e tenta “acomodar sazonalidades na oferta e demanda do combustível”. Depois da etapa de cadastro de interessados, a TBG vai listar uma série de produtos e instrumentos contratuais em seu portal na internet.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras

Título: BNDES recebe proposta por 18,5% de ações na AES Tietê

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer bater o martelo nesta segunda-feira sobre a venda de parte de suas ações na geradora

de energia AES Tietê. Conforme duas fontes, o banco preferiu a proposta da americana AES Corp., ao compará-la com a oferta feita pela brasileira Eneva. Como antecipado ontem pelo **Valor**, a AES apresentou oferta por 18,5% da Tietê, do total de 28,41% detido pelo banco de fomento por meio da BNDESPar. Assim, se assinada a venda hoje, vai colocar R\$ 1,27 bilhão no caixa do BNDES - fator decisivo na avaliação do banco, disseram as fontes.

A AES já levantou o recurso, que vem do caixa e de crédito já obtido, disseram duas fontes. O banco ficará com uma participação remanescente de 9,91% e vai vender os papéis em bolsa posteriormente. O grupo americano, que controla a AES Tietê, também assumiu compromisso com o banco de fazer a migração da geradora do Nível 2 para o Novo Mercado, apurou o **Valor**. A migração ajudaria a amenizar parte das críticas recentes recebidas pelo acionista sobre direito dos preferencialistas da Tietê - no Novo Mercado, nível de maior governança, todas as ações são ordinárias. A previsão é que isso aconteça dentro de seis meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/07/2020

Seção: Impresso

Autor: Maria Luíza Filgueiras

Título: AES à frente na disputa por ações do BNDES

O BNDES prefere a proposta da americana AES Corp, em comparação à da Eneva, para a venda de parte de suas ações na geradora de energia AES Tietê e quer decidir a questão hoje, segundo fontes. A AES fez oferta por 18,5% da Tietê, do total de 28,41% detidos pelo banco. Se a venda for concluída hoje, R\$ 1,27 bilhão entrará no caixa do BNDES, que ainda ficará com participação de 9,91%. A AES se comprometeu a migrar para o Novo Mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras e Karoon

A Petrobras informou na sexta-feira que, em razão do impacto da pandemia de covid-19, definiu ajustes aos termos do contrato de venda da totalidade da sua

participação no campo de Baúna, localizado em águas rasas na Bacia de Santos, à Karoon. Segundo comunicado, os ajustes consideraram a extensão do prazo para atendimento das condições precedentes ao fechamento da transação e a divisão do valor da transação, anunciado anteriormente, de US\$ 665 milhões, em duas parcelas, sendo: uma parcela de US\$ 380 milhões, composta de US\$ 49,9 milhões já pagos, US\$ 150 milhões a serem pagos na data do fechamento e os ajustes de preço devidos. O valor remanescente será pago em 18 meses após a conclusão da transação e parcela contingente de US\$ 285 milhões a ser paga até 2026.

Copel tem queda de 5,9%

A Copel informou que a energia distribuída no segundo trimestre caiu 5,9%, na comparação com o mesmo período de 2019, para 7.088 gigawatts-hora (GWh). O resultado considera o mercado cativo, o suprimento a concessionárias e permissionárias no Paraná e os consumidores livres em sua área de concessão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/07/2020

Seção: Imprensa

Autor: Francisco Góes, André Ramalho, Juliana Schincariol e Talita Moreira

Título: Bancos públicos ajudam a derrotar União na Petrobras

A falta de articulação do BNDES e da Caixa com os interesses da União na Petrobras permitiu que os minoritários aumentassem com facilidade o número de assentos no conselho de administração da empresa, após uma confusa assembleia de acionistas que durou 11h40.

A União tinha sete das 11 vagas preenchidas e um assento vago que, pelo estatuto, também cabe ao governo. O governo apresentou chapa de oito candidatos, elegeu sete e os minoritários, que tinham duas, ficaram com três. O resultado foi considerado uma derrota para a União e uma vitória do grupo de minoritários ligado ao banqueiro Juca Abdalla, que, com apoio de investidores estrangeiros, conseguiu indicar dois dos três minoritários no conselho.

De forma prévia à reunião anual de acionistas, o BNDES apoiou o voto múltiplo na assembleia. Foi a instauração do voto múltiplo que permitiu aos minoritários eleger um candidato, o advogado Leonardo Antonelli, tirando vaga da União no conselho. Para instalar o voto múltiplo, é preciso reunir 5% das ações ordinárias

da companhia. Instaurado o sistema, as chapas eleitorais são dissolvidas e os acionistas depositam os votos individualmente. É um tipo de eleição que não interessa ao controlador.

No caso da Caixa, os fundos de investimento administrados pela instituição também se manifestaram de forma antecipada à assembleia com a intenção de votar em Antonelli, sem conhecimento prévio do banco. A Caixa terminou retirando o apoio a Antonelli na assembleia, mas mesmo sem esses votos ele seria eleito. O BNDES argumenta que seu apoio não influiria no resultado final. Mas ficaram no ar os motivos pelos quais os bancos romperam a fidelidade usual no bloco governista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Moisés Naím

Título: Moisés Naím: v

Sabia que há uma escassez mundial de bicicletas? Um súbito e forte aumento da demanda global de bikes pegou os fabricantes de surpresa, criando um desabastecimento temporário. Este inesperado interesse pelo ciclismo decorre de vários fatores. Muitos dos atuais usuários de ônibus, trens de metrô e táxis se tornaram ciclistas, procurando diminuir o risco de contágio do coronavírus que existe em espaços públicos e fechados.

Os passeios de bicicleta também se tornaram uma opção atrativa para aqueles que estão desempregados. A inatividade, a quarentena e o distanciamento social tornaram um passeio de bike uma opção tentadora. Ruas e avenidas, quase sem carros e fumaça, também são um convite para um passeio de bicicleta. Depois que essa emergência sanitária amainar, o uso das bikes também deve declinar. Mas é muito provável que o número de ciclistas habituais seja maior do que antes da pandemia.

Outra razão para o aumento da demanda é o crescente apetite por opções de transporte “ecológico”, e não só pelas bicicletas. Surgiu também um enorme mercado de carros, ônibus e caminhões elétricos. O fato de a Tesla, a inovadora fabricante de carros elétricos, fundada em 2010, alcançar um valor de mercado superior ao da Toyota e da Volkswagen combinadas, ilustra bem essa tendência. Elon Musk, fundador e atual líder da Tesla, disse ter ficado surpreso com a valorização fora do comum da sua empresa nas bolsas.

A valorização das empresas negociadas em bolsas de valores é influenciada por muitos fatores – incluindo as bolhas especulativas – e os preços de suas ações às vezes não refletem adequadamente o real valor de uma companhia. Mas esses preços também revelam as expectativas dos investidores no tocante ao futuro de uma empresa.

Assim, é interessante observar que a Zoom, empresa de videoconferências, contabiliza um valor de mercado quatro vezes maior do que o da Delta Airlines. No momento, a compra de toda a indústria aérea americana seria menos cara do que adquirir a Amazon. Outro sinal interessante é que, hoje, uma ação da Netflix vale 25% mais do que a da ExxonMobil, maior empresa energética do mundo. Essa valorização nas bolsas de ações da Netflix em relação à ExxonMobil ilustra duas importantes tendências globais: o chamado cocooning e a descarbonização.

Cocooning (do inglês cocoon, um ninho que cobre e protege) se refere à prevalência de condutas pessoais protecionistas, com as pessoas preferindo ficar em casa, no ninho, para se proteger dos perigos que existem “fora de casa”. O auge da Netflix é uma das manifestações desta preferência.

Por outro lado, a perda de valor da ExxonMobil reflete a queda da demanda mundial de petróleo. Mas os preços relativamente baixos dessa commodity não decorrem da precária economia mundial. A queda se deve também a uma expectativa de que a descarbonização – um movimento no sentido de uma eliminação gradual das emissões de dióxido de carbono resultantes do uso de combustíveis – será uma tendência permanente e acelerada.

Os combustíveis fósseis continuarão a ser a principal fonte de energia num futuro previsível, mas as emergências climáticas serão cada vez mais graves e frequentes, criando enormes pressões políticas para acelerar os esforços com vistas à descarbonização. Nos últimos tempos, os cientistas têm sido surpreendidos com a velocidade com o que o clima vem mudando e criando fenômenos meteorológicos inéditos e extremos.

Na Sibéria, por exemplo, recentemente ocorreram incidentes climáticos sem precedentes. Em junho, a temperatura da cidade de Verkhoyansk chegou a 38°C, o nível mais alto nunca registrado no Círculo Polar Ártico. No primeiro semestre de 2020, a temperatura média na Sibéria foi de menos 12,7°C, superior às registradas entre 1951 e 1980.

A Antártida também vem esquentando. Os cientistas estão preocupados que o glaciar Thwaites, conhecido como a geleira do apocalipse, esteja sofrendo um derretimento. Se descolar da massa de gelo, esse glaciar, que tem o tamanho da

Inglaterra, começará a deslizar para o oceano e não mais servirá como um gigantesco muro de contenção de outros glaciares, que então poderiam começar a se mover e derreter. Tudo isso terá como resultado um aumento de dois a três metros do nível do mar.

Entre todas as incertezas sobre como será o mundo após a pandemia há uma certeza que se perfila como a mais importante: a mudança climática transformará o mundo mais do que a covid-19. Esta pandemia será lembrada como um ensaio geral de um acidente climático global que alterou a civilização do modo como a conhecíamos? / TRADUÇÃO DE TEREZINHA MARTINO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/07/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: 'A mudança, se existiu, teve pouca voltagem'

Entrevista - Paulo Gontijo, diretor executivo do Livres

O “choque liberal” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, “se existiu, teve voltagem baixa”. Essa é a avaliação de Paulo Gontijo, diretor executivo do Livres, associação que atua em defesa do liberalismo. Segundo ele, o ministro tem um discurso que “não coincide com os fatos” e que, se estivesse na iniciativa privada, “possivelmente” não estaria mais no cargo. “Pouco está sendo entregue, principalmente nas grandes medidas”, completa.

O ministro Paulo Guedes assumiu a pasta em janeiro de 2019 prometendo um choque liberalizante na economia. O choque liberal existiu?

Se existiu, a voltagem foi baixa. Tem iniciativas interessantes, mas não são as mais relevantes. A MP da liberdade econômica é interessante, mas a reforma administrativa não saiu. A reforma tributária enviada na terça-feira foi primária, não discutida, parcial. A PEC 45 (proposta tributária em tramitação na Câmara dos Deputados) é melhor e faz muito mais sentido caminhar com ela. Foram feitas muitas promessas?

Tem um problema crônico de eterno desalinhamento de expectativas. Você não pode falar que vai vender R\$ 1 trilhão de imóveis. Virou piada. Eu como cidadão e ativista (do liberalismo), queria reforma tributária, abertura econômica, Estado mais enxuto. Pouco disso está sendo entregue, principalmente nas grandes medidas. O discurso de Guedes não coincide com os fatos e com o cumprimento de metas. Se fosse em uma empresa privada, ele estaria encrencado.

Estaria no cargo?

Possivelmente, não.

Como o sr. vê o andamento a agenda de privatizações?

Patinando. Correios, nada. Bancos e Petrobrás, sabemos que não vão ser privatizados. É super difícil falar de uma agenda que não emplaca. Por que não anda? Parece que não tem respaldo político.

Guedes falou que ia fazer quatro grandes privatizações em 90 dias. Essa mania de número mágico é complicada. Não é o primeiro, são “R\$ 5 bilhões para acabar com o coronavírus”, são “15 semanas para mudar o País”. É melhor não dizer um número.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/07/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Guedes e governadores negociam fundos para ampliar reforma tributária

Ministério da Economia quer recorrer a royalties de petróleo, mas estados preferem que União utilize recursos da sua arrecadação

Thiago Resende e Bernardo Caram

Em busca de um acordo para viabilizar uma reforma tributária ampla, o Ministério da Economia e governadores discutem a criação de dois fundos com recursos para incentivar que os estados aceitem alterar as regras do ICMS, principal fonte de receita tributária desses entes.

No entanto, ainda há discordâncias sobre como os fundos serão abastecidos. O governo federal defende o uso de recursos de royalties de petróleo. Os estados, porém, não querem ficar reféns da volatilidade do setor de petróleo, que já se mostrou problemática quando há retração da economia.

Numa reforma tributária ampla, PIS, Cofins, IPI, ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam unificados em um único tributo, a ser repartido entre União, estados e municípios. Cada um com uma parte da alíquota a ser definida.

Secretários de Fazenda estaduais defendem que, para irrigar os fundos, a União separe uma parte da receita que recolher com esse novo tributo.

Os dois lados da mesa de negociação devem se reunir até o fim do mês para discutir novamente o modelo de financiamento do fundo de desenvolvimento regional (recursos para investimento e acabar com guerra do ICMS) e do fundo de compensação das exportações.

O ministro Paulo Guedes (Economia) apresentou na terça-feira (21) ao Congresso um projeto para unificar PIS e Cofins (ambos da União) em uma espécie de IVA (imposto sobre valor agregado) federal.

“Nós estamos em conversa com o governo para uma reforma abrangente, com todos os impostos sobre o consumo. Mas ainda estamos ajustando alguns pontos, como o funding dos fundos”, disse o presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), Rafael Fonteles.

Ao entregar a primeira fase da reforma tributária do governo ao Congresso, Guedes disse que a proposta do Executivo não incluiu estados e municípios por respeito aos governos regionais, que devem ter autonomia para escolher uma posição em relação à revisão de seus tributos.

Ele afirmou que a proposta do governo pode ser acoplada a um plano mais amplo e estimulou que o Congresso promova esse debate.

Nos bastidores, no entanto, integrantes do Ministério da Economia demonstram dúvidas sobre a possibilidade de uma reforma ampla que envolva estados e municípios ainda neste ano.

Auxiliares de Guedes afirmam que fazer essa ampliação agora seria dar um passo em ambiente de incerteza porque há divergências entre prefeitos e governadores. Técnicos avaliam ainda que as eleições municipais deste ano podem dificultar as negociações.

Prefeitos de grandes cidades, acima de 100 mil habitantes principalmente, atuam para que o Congresso não inclua a discussão sobre impostos municipais na reforma tributária.

Ao detalhar a proposta de reforma do Ministério da Economia, o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, listou alguns pontos que estão em negociação com os secretários de Fazenda estaduais. O formato dos fundos é um deles.

Os estados também querem maior peso no comitê gestor do IVA nacional (amplo), a ser criado se a reforma tributária foi abrangente.

A ideia defendida pelo Comsefaz é que, para respeitar a autonomia dos estados, cada ente possa definir as próprias alíquotas, mas haveria uma faixa — com piso e teto a serem cumpridos.

Por exemplo, se um estado está em crise fiscal e quiser elevar sua parcela correspondente do IVA, poderia adotar essa medida para arrecadar mais e solucionar o problema de caixa, explicou Fonteles.

Contudo, o governador não poderia extrapolar a alíquota máxima a ser definida pelo comitê —nem reduzir abaixo do piso. Para atrair investimentos, governadores deram descontos no ICMS para algumas empresas, o que gerou uma guerra fiscal entre estados.

O projeto discutido no Comsefaz impede que descontos na tributação sejam concedidos para setores específicos. Portanto, o governador que optasse por reduzir a alíquota ao piso teria de fazer isso para todas as empresas. Outra questão levantada nas negociações com o governo é a transição — período para que o imposto único entre em vigor.

“Na visão dos estados, se defende uma transição mais prolongada, de cinco a até dez anos. E nossa posição é de uma transição quase que imediata [unificação PIS e Cofins em seis meses]. Esse é outro tema”, disse Tostes.

CAPAS DE JORNAIS

Se vencer disputa, Highline pode vender carteira de clientes da área móvel da Oi B9

Aumento de contágio traz novas restrições a turismo na Europa A13

Azul, comandada por Rodgrson, teve melhor resultado entre aéreas no 2º tri B6

20 JUL 2020

Valor

ECONÔMICO

Destques

Juros reais em queda nos EUA
A taxa de juros real nos Estados Unidos caiu para o nível mais baixo em 10 anos, impulsionada pela queda das expectativas de inflação e pelo aumento da demanda por títulos de renda fixa. Isso pode ajudar a estimular o crescimento econômico, mas também pode levar a uma recessão se a queda dos juros reais for muito acentuada. **Página 102**

Exo-luna de mais eficiência
A NASA anunciou que a sonda Osiris-Rex, enviada para coletar amostras de um asteroide próximo à Terra, está funcionando muito melhor do que o esperado. A sonda conseguiu entrar em órbita ao redor do asteroide e coletar amostras com uma eficiência muito maior do que a esperada. **Página 103**

Flamingo agora é Wiverr
A empresa de tecnologia Wiverr, que já era conhecida como Flamingo, anunciou que está mudando seu nome para Wiverr. A mudança de nome foi feita para refletir a nova direção da empresa e para facilitar a identificação da marca. **Página 104**

Aviação de flexibilidade maior
A aviação está se adaptando rapidamente às mudanças causadas pela pandemia de COVID-19. As companhias aéreas estão oferecendo mais flexibilidade para os passageiros, permitindo que eles alterem suas datas e destinos sem pagar taxas adicionais. **Página 105**

Colômbia em alerta
A Colômbia está em alerta devido ao aumento dos casos de COVID-19. O governo colombiano está tomando medidas para controlar a propagação do vírus, incluindo o uso de máscaras e o distanciamento social. **Página 106**

Mais exportação para China
O Brasil está aumentando suas exportações para a China, especialmente no setor de commodities. Isso é uma resposta à demanda chinesa por produtos brasileiros, que está aumentando devido à recuperação econômica da China. **Página 107**

Preço de ações
O preço das ações no Brasil está em queda, refletindo a incerteza causada pela pandemia de COVID-19. Os investidores estão ficando mais cautelosos com as ações, especialmente as de empresas que dependem de setores afetados pela pandemia. **Página 108**

Idéias
Aqui estão algumas ideias para melhorar a eficiência das operações empresariais durante a pandemia. Isso inclui a adoção de tecnologias digitais, a implementação de protocolos de segurança e a melhoria da comunicação com os clientes. **Página 109**

Laços, Síber, Leno e Zélio
A empresa de tecnologia Laços, Síber, Leno e Zélio, anunciou que está lançando uma nova linha de produtos. A nova linha inclui uma variedade de dispositivos e serviços que visam melhorar a produtividade e a segurança dos usuários. **Página 110**

Bravo Carreira
A empresa de consultoria Bravo Carreira, que já era conhecida como Bravo, anunciou que está mudando seu nome para Bravo Carreira. A mudança de nome foi feita para refletir a nova direção da empresa e para facilitar a identificação da marca. **Página 111**

Indicadores
Aqui estão alguns indicadores-chave para acompanhar a economia brasileira durante a pandemia de COVID-19. Isso inclui a taxa de desemprego, a inflação, o crescimento econômico e o consumo interno. **Página 112**

Bancos públicos ajudam a derrotar União na Petrobras

Brookfield põe R\$ 4 bi na energia solar

Produtor vende soja que só vai colher em 2022

Força eleitoral

AES à frente na disputa por ações do BNDES

Fundos que escaparam das perdas na pandemia

Reforma tímida terá impacto reduzido no PIB

NOVO TIGGO 7 2021

TURBO FLEX DUAL CLUTCH

O SUV PREMIUM COM A MAIOR VALORIZAÇÃO DE REVENDA.

NOVO MULTIMÉDIA FULL-GAMMUT 9" CENTRAL LOCK

NOVO TIGGO 7 2021

1.0800-777 5448

VEJA NAS PÁGINAS 2 E 3

CADA CHERRY

LIVE VALOR

As 11 horas em www.valor.com.br

Segunda, 27/07

Carlos José de Faria, presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Troca, 28/07

Roberto de Faria, diretor de Gestão de Recursos Humanos da Petrobras.

Quarta, 29/07

Roberto de Faria, diretor de Gestão de Recursos Humanos da Petrobras.

Quinta, 30/07

Roberto de Faria, diretor de Gestão de Recursos Humanos da Petrobras.

Sexta, 31/07

Roberto de Faria, diretor de Gestão de Recursos Humanos da Petrobras.

O ESTADO DE S. PAULO



FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1868 - 1922)

R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46304

Segunda-feira 27 DE JULHO DE 2020

estadão.com.br

NA QUARENTENA AS CORES DE VAN GOGH

História do célebre artista é contada pelo ilustrador iraniano Alireza Karimi Moghaddam. **PÁG. H1**

**EXPOSIÇÃO
VIRTUAL DE
ANTONIO DIAS**
Coleção do pintor paraibano, morto em 2018, ganha mostra digital no MAM. **PÁG. H6**



OLIVIA DE HAVILLAND
1916 - 2020
**ADEUS A UM
ÍCONE DAS TELAS**
Ganhadora de 2 Oscars, atriz de *...E o Vento Levou* morreu sábado, aos 104 anos. **PÁG. H3**

Crise faz Brasil depender cada vez mais do mercado chinês

Pais asiático foi destino de 33,8% das exportações brasileiras de janeiro a junho deste ano, ante 1,9% em 2001

Um terço (33,8%) dos US\$ 101,7 bilhões exportados pelo Brasil de janeiro a junho teve a China como destino. O número confirma o crescimento verificado desde 2001, quando a participação chinesa nas vendas do País era de 1,9% - no ano passado, estava em 28,5%. Ao mesmo tempo, as vendas para os EUA caíram de 22,6% para 9,9%

de 2001 para cá e o peso da União Europeia no total de exportações brasileiras foi de 25,4% para 15,4%. Os dados foram compilados pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV. O aumento da dependência do mercado chinês é reflexo do crescimento econômico daquele país e, mais recentemente, da queda da demanda por parte de

nações afetadas pela pandemia, especialmente na América do Sul, principal mercado dos produtos industrializados brasileiros. Também o fato de o Brasil manter pauta de exportações fixada em matérias-primas, com bom desempenho do agronegócio, reforça o resultado - a China é o maior importador desses insumos. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **Alinhamento ideológico**
Especialistas criticam alinhamento do Brasil com o governo Trump na guerra comercial contra a China. "O País não ganha nada com isso. Nossa tradição é mais multilateral", diz a pesquisadora Lia Valls. **PÁG. B4**

Sets de comerciais voltam diferentes

Comerciais voltam a ser gravados, mas com regras rígidas de proteção, que incluem até bombeiro para vigiar se distanciamento está sendo cumprido. Medidas encarecem produção em até 15%. Para registrar gravação ao lado, fotógrafo do *Estadão* teve de fazer teste rápido. **ECONOMIA / PÁG. B12**



Bolsonaro libera recorde de rádio comunitária na década

Jair Bolsonaro liberou o funcionamento de 440 rádios comunitárias entre março e abril, número recorde na década. Boa parte dos canais liberados tem indícios de atividade política, o que não é permitido. Há atualmente no País 4,6 mil rádios comunitárias legais em operação, e o "boom" aconteceu com Lula, que autorizou a operação de 630 estações em 2009. O governo diz que a análise de pedidos de outorga segue ritos técnicos. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Maternidades fazem live do parto e pré-natal online

Maternidades tiveram de se adaptar à pandemia. Parte do pré-natal pode ser feito online, as visitas são virtuais e também aumentou a procura por lives do parto. Gestantes são testadas e alas foram separadas para as que têm covid-19. Os cursos para pais também são feitos a distância e doulas e fotógrafos têm de seguir procedimentos de segurança. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	87.052
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24h, ATÉ ÀS 20h DE ONTEM	556
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.074
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.419.901
NOVOS CASOS DE TESTADOS EM 24h, ATÉ ÀS 20h DE ONTEM	23.467
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.634.274

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Mais seguro, tênis ganha adeptos

Atletas amadores estão trocando musculação e esportes coletivos pelo tênis, que pode ser praticado ao ar livre e está entre modalidades mais seguras por causa da distância entre tenistas. **ESPORTES / PÁG. A18**

Quatro grandes vão às quartas do Paulistão

Corinthians garantiu vaga na próxima fase do Campeonato Paulista após derrotar Oeste por 2 a 0 e contar com a ajuda do São Paulo, que venceu o Guarani. Quatro grandes seguem na disputa. **ESPORTES / PÁG. A17**

Protestos nos EUA ficam mais violentos

Milhares foram às ruas nos EUA no fim de semana contra a violência policial e o racismo. Confrontos se intensificaram em Portland e Seattle. Trump chamou grupos de "anarquistas". **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Urgência e oportunismo

O governo parece perigosamente encurralado por soluções heterodoxas para driblar o teto de gastos e tocar programas eleitoralmente vistosos. **PÁG. A3**

Uma retomada sem plano

O pior pode ter passado e a economia se move, mas a retomada é algo para ser construído. **PÁG. A3**

Carlos Pereira

A crítica institucional que se pode fazer às barganhas entre Bolsonaro e o Centrão se refere à efetividade da coalizão. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Moisés Naim

Há uma certeza sobre o pós-pandemia: a mudança climática transformará o mundo mais do que a covid-19. **INTERNACIONAL / PÁG. A12**

Tempo em SP 13° Min. 20° Máx.

MISTO
Pneus substituídos a partir de 13h30h
FSC 0113288

Descontos e condições de pagamento em acordo com a FSC, por meio de boleto bancário. Consulte o site www.fsc.com.br para mais informações.

NOVO TIGGO 7 2021 TURBO FLEX DUAL CLUTCH

O SUV PREMIUM
COM A MAIOR
VALORIZAÇÃO
DE REVENDA.



VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

TIGGO 7 REGISTRA A MENOR DESVALORIZAÇÃO DO SEGMENTO.

1. Ceca Chery Tiggo 7	-9,41%
2. Hyundai New Tucson	-6,16%
3. Jeep Compass	-6,52%
4. Peugeot 3008	-7,20%
5. Chevrolet Equinox	-7,24%
6. Hyundai ix35	-7,32%
7. Volkswagen Tiguan	-11,04%

Fonte: QUANTRODASABRIL.COM.BR - 11/11/2019

VerCaras.com.br
CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.353

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

AMAZÔNIA SOB BOLSONARO



GRILHEIROS CERCAM EXTRATIVISTAS

Morador da reserva de Arapixi (AM) corta vegetação para coleta de castanhas, em área que está sendo alvo de invasão, com impulso no atual governo Ambiente B6 e B7

Em carta, 152 bispos criticam Bolsonaro

O discurso de Jair Bolsonaro não é ético e o governo se baseia em "economia que mata", diz carta assinada por 152 bispos brasileiros. A divulgação do texto foi suspensa até análise na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Signatários temem que o setor conservador impeça a publicação. Poder A7

Claudia Tajes
Quando tudo der errado, não chame o capitão

Ilustrada B10

Europa vive repique nas férias e eleva restrição

Governos se antecipam para evitar recontingimentos após repique de contágios no início das férias. O Reino Unido implementou quarentena obrigatória para todos que voltarem da Espanha. Mundo A12

Relator do STJ negou 97% dos pedidos de presos sobre vírus

Poder A4

EDITORIAIS A2

Meia volta, volver
Sobre uso de militares da ativa em funções civis.

Tucanos na mira
Acerca de ações da Lava Jato contra Serra e Alckmin.

AUDIÊNCIA/MÉS
PÁGINAS VISTAS 266.747.984
VISITANTES ÚNICOS 44.925.539

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	2,4 mil	87,1 mil
Ontem*	45,7 mil	1.074
Varição**	22,3%	3,7%
Estágio	Acelerado	

Estágios da pandemia
 Acelerado
 Estável
 Desacelerado
 Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	21,6 mil
2º RJ	12,8 mil
3º CE	7,5 mil

Situação nos municípios

Acelerados
 Brasília (DF)
 Boa Vista (RR)
 Porto Velho (RO)
 Belo Horizonte (MG)

Desacelerados
 Natal (RN)
 Macapá (AP)
 Serra (ES)
 Rio Branco (AC)

Dados das 20h de 26 jul
 *Média móvel de 7 dias
 **Em relação a 24 dias

Esporte B13

A hora do mata-mata

Com ajuda do São Paulo, Corinthians avança às quartas de final do Paulista

Ilustrada B8
 Bicho mais ácido e irreverente dos desenhos, Pernalonga faz 80



Ilustrada B9
 Morre aos 104 anos a atriz Olivia de Havilland, de 'E o Vento Levou'

Pressão por gastos pode levar a aumento da carga tributária

Cenário decorrente da crise do coronavírus coloca em risco teto, dívida pública, inflação e juros baixos

Os gastos extraordinários e a necessidade de ampliar a rede de proteção social no pós-pandemia podem tornar inevitável a subida da carga tributária. Mesmo que temporário, o aumento serviria para evitar que a dívida pública saia do controle, demolindo o cenário de inflação e juros baixos no Brasil.

Segundo especialistas, diante da pressão por novas despesas, o país deveria se concentrar em duas frentes. A primeira é evitar que a dívida pública dispare. A segunda é respeitar o teto de gastos — mecanismo que limita a despesa pública ao orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação.

Sem isso, o temor é que o país perca a janela de oportunidade de juros e inflação baixos, com enorme liquidez internacional, para recolocar as contas públicas em trajetória de equilíbrio. Neste ano, o endividamento bruto brasileiro dará um salto de 20 pontos, indo a quase 96% do PIB. Mercado A14

Pequeno investidor ajuda a explicar oscilação do dólar

As movimentações bruscas do preço da moeda incidem com a expansão do mercado de minicontratos. Eles são mais usados pelo investidor que compra e vende o papel no mesmo dia. Folhainvest A17

ENTREVISTA DA 2ª Adolfo Sachsida
Índices de desemprego vão subir muito em setembro

Secretário de Política Econômica do governo, Adolfo Sachsida afirma que o desemprego já cresceu. "Os dados é que não mostram isso, sendo franco."

Para ele, a metodologia do IBGE não capta a situação atual, porque quem é demitido não busca uma nova vaga por causa das restrições da crise sanitária. A13



MESES DE INTERVALO

Escola técnica Irmã Agostina, em São Paulo, um dos colégios mais bem avaliados na rede estadual; ensaio fotográfico feito no horário escolar mostra vazio e silêncio imposto pelo avanço da Covid-19 após quatro meses sem aulas cotidianas B3

Fundeb deve corrigir baixo financiamento municipal

O novo modelo do Fundeb, que será votado no Senado, vai aumentar os recursos federais para a educação e pode tirar 46% dos municípios da condição de subfinanciamento. Há dúvidas, porém, se ocorrerá melhora educacional com esses novos recursos ou se o problema é de gestão. cotidiano B1

Vercapas.com.br

ISSN 1413-2773
 9 771413 572023 33353

[illegible]

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.883 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50

Ana Ruyana/CB/D.A. Press



Gesto de nobreza pela vida

Enquanto alguns pacientes internados com covid-19 carecem de doação de sangue para o tratamento da doença, o período de quarentena registrou queda significativa no número de doadores, comprometendo os estoques dos hospitais. Sensibilizados com a necessidade dos doentes, voluntários como Marcos Vinicius (acima) mantêm abertas as veias da solidariedade.

PÁGINA 17

Est. Azeite/CB/D.A. Press



Esperança no Dia dos Pais

Comerciantes acreditam que a data vai ajudar a amenizar a queda nas vendas, que chegou a 70% na pandemia. Cuidados com a higiene e ofertas devem atrair os consumidores.

PÁGINA 15

RFP

ADEUS À ESTRELA
Aos 104 anos, morre
Olivia de Havilland

Dona de duas estatuetas do Oscar e atriz de *E o vento levou*, a última representante de uma clássica geração de Hollywood teve a vida marcada por concorrência com a irmã. PÁGINA 10

Emprego será o desafio do DF no pós-pandemia

Políticas agressivas de incentivo ao trabalho e de crédito para microempresários, com prioridade nos setores rural e de serviços — este com muito peso na capital —, são sugestões de especialistas para a economia do Distrito Federal voltar a crescer. Mas a retomada será lenta, alertam. Algumas áreas vão demorar a reconstruir. “Se você considerar bares e restaurantes, não vai bastar o número de casos (da doença) começar a cair. Talvez, (os resultados) só retornem mesmo com a vacina”, diz o economista do Ibmec Frederico Gomes. O consenso entre os analistas é de que empresários, trabalhadores e o próprio governo local, que teve queda de arrecadação de quase R\$ 500 milhões, terão que se reinventar para a criação e a manutenção dos empregos durante e após a covid-19.

PÁGINA 13

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Infecções em alta.
Isolamento em baixa

População relaxa nos cuidados preventivos, enquanto o Distrito Federal vê crescer os registros de casos de covid-19, com 15 mil novas ocorrências nos últimos sete dias, num total de 1.190 óbitos desde o início da pandemia. No fim de semana, muita gente, sem máscara, se aglomerou na orla do Lago Paranoá. PÁGINA 14



Brasil passa dos 87 mil mortos e se aproxima de 2,5 milhões de casos

PÁGINA 4

Negacionismo em evidência no país

Em entrevista ao *Correio*, a historiadora Lilia Schwarcz avalia que a pandemia escancarou a intolerância. “Isso mostra como as pessoas se apegam a pensamentos mágicos”, diz. PÁGINA 3

Venenosa rede de crimes ambientais

Justiça determina a prorrogação da prisão temporária de suspeito de participação em esquema de contrabando de cobras. Polícia Civil busca mais provas para incorporar ao inquérito. PÁGINA 14

Obstáculos para a reforma tributária

Considerada fundamental para estimular o setor produtivo do Brasil e equilibrar o erário, revisão do sistema de impostos, taxas e contribuições avança timidamente no Congresso Nacional, enquanto aguarda novas etapas prometidas pelo governo.

PÁGINA 2

Esperança sustentável para a aviação

Cientistas coreanos desenvolvem combustível a partir de resíduo da indústria da celulose. PÁGINA 12



O longo caminho de recuperação das companhias aéreas

Fortemente afetado pela crise decorrente da pandemia do novo coronavírus, setor recorre a engenharias financeiras para se manter viável. Duas novas empresas prometem ampliar concorrência em 2021.

PÁGINA 6



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(51) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .